

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: parte geral. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 796 p.

NOTA À 10. ^a EDIÇÃO	9	PDF
NOTA À 9. ^a EDIÇÃO	11	PDF
NOTA À 8. ^a EDIÇÃO	13	PDF
DUAS NOVAS PALAVRAS.....	15	PDF
PRÓLOGO À 1. ^a EDIÇÃO	17	PDF
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – ALBERTO SILVA FRANCO	19	PDF
PRIMEIRA PARTE		
TEORIA DO SABER DO DIREITO PENAL		
TÍTULO I		
DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO SABER DO DIREITO PENAL		
CAPÍTULO I – CONTROLE SOCIAL, SISTEMA PENAL E DIREITO PENAL		
<i>I – Controle social e sistema penal</i>		
1. O delito como “construção” e como “realidade”	59	
2. Conceito e formas de controle social	62	
3. Saber e controle social (saber e poder)	63	
4. Características da manipulação ideológica	65	
5. Os direitos humanos e o controle social	67	
6. A importância do controle social institucionalizado ou formalizado	68	

[PDF](#)
[cap_01](#)

O acesso ao texto integral dos capítulos desta obra é restrito aos integrantes do Ministério Público do Estado de São Paulo, conforme autorização da Editora Revista dos Tribunais.

<i>II – Sistema penal e direito penal</i>	
7. Conceito de “sistema penal”	70
8. Os distintos setores do sistema penal	71
9. Os discursos do sistema penal	72
10. Condicionamentos do sistema penal	75
11. A função social do sistema penal	76
12. O princípio da intervenção mínima na América Latina.....	79
13. O sistema penal e a lei penal.....	79
Bibliografia	82
CAPÍTULO II – O HORIZONTE DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL	
<i>I – O direito penal</i>	
14. Divisão da parte geral do direito penal	84
15. Conceito geral de direito penal.....	84
16. Denominação	85
17. O horizonte de projeção do saber do direito penal.....	86
18. O direito penal e a filosofia	87
19. O caráter público do direito penal	87
<i>II – O objetivo da legislação penal</i>	
20. Tem sentido perguntar-se pelo objetivo da legislação penal?	89
21. As respostas usuais.....	90
22. Existe a “segurança jurídica”?	91
23. O que é a defesa social?	93
24. Tutela de bens jurídicos ou de valores éticos?	94
<i>III – A tarefa asseguradora do direito penal no marco da ordem jurídica</i>	
25. O caráter diferenciador do direito penal.....	97
26. O caráter sancionador do direito penal e sua autonomia	98
<i>IV – A coerção penal como meio de prover a segurança jurídica</i>	
27. O conceito de coerção penal.....	100
28. Crítica da tese da prevenção geral.....	100
29. Prevenção geral e função simbólica da pena.....	103
30. A prevenção penal como objetivo da pena	104
31. A prevenção especial em relação ao sujeito passivo.....	108

<i>V – Direito penal de culpabilidade e de periculosidade</i>	
32. Direito penal de culpabilidade e de periculosidade	109
33. Direito penal de autor e direito penal de ato	113
<i>VI – As “teorias da pena”</i>	
34. As chamadas teorias da pena	114
35. Sistemas unitários e sistemas pluralistas.....	115
36. As medidas de segurança	117
Bibliografia	118
CAPÍTULO III – FONTES, LIMITES E RELAÇÕES DO DIREITO PENAL	
<i>I – As fontes do direito penal</i>	
37. Fontes de produção e de conhecimento da legislação penal	120
38. A fonte de produção do direito penal brasileiro é a União	121
39. Fontes de conhecimento do saber jurídico-penal.....	122
40. As fontes de informação da ciência do direito penal	123
<i>II – Legislação penal, ciência do direito penal e política criminal ou criminológica</i>	
41. Política criminal ou criminológica.....	125
42. Política criminal e legislação penal.....	126
43. Política criminológica e saber penal	127
<i>III – O direito penal e as outras disciplinas jurídicas</i>	
44. Relações com o direito constitucional	128
45. O direito penal e os direitos humanos	129
46. O problema dos crimes hediondos e outras discriminações constitucionais ..	130
47. O esquema geral das disciplinas jurídico-penais	132
48. Relações com o direito processual penal.....	133
49. Direito penal e direito de execução penal.....	134
50. Direito penal e direito penal militar.....	135
51. Direito contravencional	136
52. Direito penal e direito do menor.....	137
53. Direito penal e direito administrativo.....	140
54. Relações com o direito internacional.....	142

IV – Relações e delimitação do direito penal com a
criminologia e outras disciplinas

55. A criminologia	147
56. A criminologia positivista	148
57. A criminologia da “reação social”	149
58. As “ciências penais”	150
Bibliografia	152

CAPÍTULO IV – O MÉTODO E OS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS
DO SABER DO DIREITO PENAL

[PDF](#)
[cap_04](#)

I – O problema do método no direito penal

59. A dogmática	153
60. O método dogmático como método científico.....	154
61. A necessidade prática da construção que pretende ser logicamente completa	155
62. O <i>modus operandi</i> do método dogmático	156
63. Os “fatos” que o dogmático deve levar em conta para a construção	158
64. Dogmática e ideologia.....	160
65. O método comparativo no direito penal.....	161

II – Princípios a que deve ajustar-se toda
interpretação da lei penal

66. Proscrição da analogia	161
67. A interpretação restritiva ou o princípio <i>in dubio pro reo</i>	163
68. O princípio de intranscendência ou de personalidade da pena	164
69. O princípio de humanidade.....	165
Leituras complementares	166

CAPÍTULO V – EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

[PDF](#)
[cap_05](#)

I – O direito penal antigo

70. Objeto do estudo da evolução legislativa.....	167
71. O direito penal das culturas distantes.....	168
72. O direito penal greco-romano como marco de laicização da legislação penal	172
73. O direito penal romano.....	175

II – O direito penal medieval e moderno

74. Os germanos	176
-----------------------	-----

75. O direito penal canônico.....	177
76. O direito penal árabe.....	178
77. Os práticos e os glosadores.....	178
78. A Carolina.....	179
79. A legislação penal ibérica: Espanha.....	179
80. Portugal: os forais e as Ordenações do Reino.....	181
<i>III – O movimento reformador do século XVIII</i>	
81. As reformas penais do despotismo ilustrado.....	193
<i>IV – A gênese da legislação contemporânea</i>	
82. A codificação do século XIX.....	194
83. Os principais textos do século XX.....	196
<i>V – A legislação penal brasileira do século XIX</i>	
84. O Código Criminal do Império.....	198
85. O Código da República Velha (1890).....	201
86. Os projetos de VIEIRA DE ARAÚJO.....	202
87. Avaliação geral da legislação penal do século XIX.....	203
<i>VI – A evolução até o Código de 1940</i>	
88. O projeto GALDINO SIQUEIRA (1913).....	203
89. Projetos de SA PEREIRA (1927, 1928 e 1935).....	203
90. O projeto ALCÂNTARA MACHADO.....	204
91. O Código de 1940.....	204
<i>VII – A legislação atual</i>	
92. A tentativa de substituição do Código de 1940: o Código de 1969 e suas reformas.....	205
93. A nova parte geral de 1984.....	206
94. Perspectiva.....	207
Bibliografia.....	208
CAPÍTULO VI – A LEI PENAL EM RELAÇÃO AO TEMPO E A PESSOAS QUE DESEMPENHAM DETERMINADAS FUNÇÕES	
<i>I – A lei penal no tempo</i>	
95. O princípio geral e a exceção.....	209
96. Leis temporárias e excepcionais.....	211
97. Retroatividade e medidas de segurança.....	212
98. O momento da ação ou omissão.....	212

99. As leis descriminalizadoras anômalas: leis de anistia	214
<i>II – O direito da aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções</i>	
100. Indenidades e imunidades	215
101. Indenidades ou imunidades absolutas parlamentares	216
102. Imunidades diplomáticas e consulares	217
Leituras complementares	218
TÍTULO II	
FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICO-POLÍTICA DO HORIZONTE DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL (AS IDEOLOGIAS PENAIS)	
CAPÍTULO VII – O SURGIMENTO DO PENSAMENTO PENAL MODERNO: O INDUSTRIALISMO	
<i>I – As ideologias penais anteriores ao industrialismo</i>	
103. A iniludível referência às ideologias	221
104. O pensamento oriental e sua influência sobre o saber penal	222
105. O pensamento grego	225
106. Os sofistas	226
107. SÓCRATES	228
108. PLATÃO	228
109. ARISTÓTELES	229
110. O pensamento pós-aristotélico	230
111. O pensamento medieval em geral	231
112. SANTO AGOSTINHO	232
113. A escolástica medieval	233
114. A mística	235
115. O ensinamento do pensamento medieval	235
<i>II – O industrialismo: mudanças estruturais e consequências penais</i>	
116. Revolução industrial e controle social	236
<i>III – O contratualismo retributivo: a defesa do capitalismo incipiente frente à nobreza</i>	
117. O talião: a indenização pela violação do contrato	240
118. As respostas ao kantismo do liberalismo (FEUERBACH) e do socialismo (MARAT)	243

<i>IV – Os penalistas do contratualismo</i>	
119. BECCARIA.....	246
120. MELLO FREIRE.....	248
121. LARDIZÁBAL.....	250
122. ROMAGNOSI.....	250
123. A “escola toscana” (CARMIGNANI E CARRARA)	251
<i>V – A ideologia do treinamento para a produção industrial (a ideologia da defesa do capitalismo incipiente frente às massas)</i>	
124. As penas: do “corpo” à “alma”	252
125. BENTHAM e a “ideologia panóptica”	253
Bibliografia	255
CAPÍTULO VIII – AS IDEOLOGIAS PENAIS DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO CAPITAL NOS PAÍSES CENTRAIS E SUA CRISE	
<i>I – O giro para o organicismo</i>	
126. O deslocamento do conflito	257
127. O organicismo social.....	258
<i>II – A ideologia penal hegeliana</i>	
128. Hegelianismo penal.....	259
129. A projeção do pensamento hegeliano	261
<i>III – As ideologias penais das respostas ao hegelianismo</i>	
130. O krausismo penal (correcionalismo)	261
131. A reação anti-hegeliana do “direito penal popular”	264
132. A reação nietzscheana	264
133. A reação marxista.....	266
<i>IV – O organicismo positivista</i>	
134. O positivismo como ideologia do capitalismo incipiente consolidado no poder.....	268
135. A antropologia criminal de LOMBROSO	270
136. O positivismo penal sociológico: FERRI	271
137. A “luta de escolas”	272
138. O platonismo rudimentar de GAROFALO.....	274

<i>V – As variantes do positivismo</i>	
139. O evolucionismo espiritualista de VON LISZT	276
140. O positivismo correcionalista: DORADO MONTERO	278
141. O positivismo jurídico	279
142. BINDING	280
<i>VI – A crise do positivismo organicista</i>	
143. A primeira visão macrosociológica moderna do crime (DURKHEIM).....	282
Bibliografia	283
CAPÍTULO IX – A IDEOLOGIA PENAL NO “ESTADO DO BEM-ESTAR” NOS PAÍSES CENTRAIS	
<i>I – A ideologia criminal a partir da crise do positivismo organicista</i>	
144. A separação das ideologias.....	285
<i>II – As ideologias da criminologia norte-americana</i>	
145. As teorias sociológicas da unidade cultural	287
146. As teorias do conflito	289
<i>III – A ideologia do tratamento</i>	
147. A ideologia do tratamento.....	291
148. A nova defesa social	292
<i>IV – A ideologia do direito penal retributivo europeu</i>	
149. O neocriticismo penal.....	294
150. O neopositivismo (ou positivismo lógico ou “círculo de Viena”)	295
151. O neoescolasticismo.....	296
152. A ética material (SCHELER-HARTMANN)	297
Bibliografia	299
CAPÍTULO X – A IDEOLOGIA PENAL EM PAÍSES CENTRAIS COM DIFICULDADE DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL PRODUTIVO	
<i>I – A atitude geral do direito penal “de acumulação rápida”</i>	
153. A crítica ao “direito penal liberal”	300
154. O conceito de direito penal liberal.....	301

[PDF](#)
[cap_09](#)

[PDF](#)
[cap_10](#)

<i>II – As políticas penais dos autoritarismos de pré-guerra</i>	
155. As políticas penais fascista e nacional-socialista.....	302
156. A política penal soviética de pré-guerra.....	305
<i>III – A política penal soviética</i>	
157. O direito penal soviético da última etapa	307
<i>IV – Os princípios político-penais da Igreja Católica</i>	
158. A consideração dos problemas penais pelos últimos pontífices	309
Leituras complementares	311
CAPÍTULO XI – PANORAMA ATUAL DO PENSAMENTO PENAL E A PROBLEMÁTICA PERIFÉRICA	
<i>I – Bases filosóficas realistas provenientes dos países centrais</i>	
159. Existencialismo	312
160. A teoria das estruturas lógico-objetivas ou lógico-reais.....	315
161. A teoria crítica da sociedade	317
<i>II – Linhas político-criminais enunciadas nos países centrais</i>	
162. Tendências penais utópicas.....	319
163. A “nova direita” penal.....	321
164. A “política criminal verde”	322
165. Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima .	324
<i>III – O pensamento penal atual na América Latina</i>	
166. O “retribucionismo” na América Latina	325
167. O perigosismo na América Latina.....	326
168. O direito penal de segurança nacional.....	327
169. A crítica penal latino-americana	328
Bibliografia	328
CAPÍTULO XII – OS CAMINHOS ABERTOS PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO DIREITO PENAL	
<i>I – A necessidade da fundamentação antropológica</i>	
170. A inevitabilidade das perguntas fundamentais	330

[PDF](#)
[cap. 11](#)

[PDF](#)
[cap. 12](#)

<i>II – Direito penal efetivo, direito penal não efetivo e puro exercício do poder</i>	
171. A distinção	331
172. Quando há direito penal e quando há mero exercício de poder?	332
<i>III – O direito penal efetivo e o direito penal não efetivo</i>	
173. Condições de efetividade do direito penal.....	333
174. Efeitos da ausência de fundamentação antropológica	340
SEGUNDA PARTE	
TEORIA DO DELITO	
TÍTULO I	
ESTRUTURAÇÃO DA TEORIA DO DELITO	
CAPÍTULO XIII – NECESSIDADE DA TEORIA DO DELITO	
<i>I – Utilidade da teoria do delito</i>	
175. Incumbência da teoria	347
<i>II – Necessidade de estratificar a teoria do delito</i>	
176. Conceito de estratificação	348
177. Teoria estratificada e teoria unitária do delito.....	349
178. Estratificado é o conceito obtido pela análise, não o delito.....	350
CAPÍTULO XIV – ESBOÇO ESTRUTURAL	
<i>I – Os níveis analíticos da teoria do delito</i>	
179. Colocação geral.....	351
180. Representação do proceder analítico	354
181. O critério sistemático que surge da estrutura analítica.....	354
<i>II – Outros possíveis critérios sistemáticos e sua crítica</i>	
182. Do autor à conduta	355
183. O critério objetivo-subjetivo	356
<i>III – Evolução da teoria do delito</i>	
184. Injusto objetivo – Culpabilidade psicológica (LISZT)	357
185. Distinção dentro do injusto entendido objetivamente: a tipicidade (BELING)..	358
186. A ruptura do esquema objetivo-subjetivo.....	358
187. O tipo complexo e o finalismo.....	360
188. A teoria do delito no Brasil	361

[PDF](#)
[cap_13](#)

[PDF](#)
[cap_14](#)

189. <i>Excursus</i> : a discussão nos últimos anos.....	362
Bibliografia	365

TÍTULO II
A CONDUTA

CAPÍTULO XV – CONCEITO E FUNÇÃO DA CONDUTA

I – O direito penal não altera o conceito de conduta

190. Ato de vontade e ato de conhecimento.....	369
191. O direito e a conduta humana	369
192. Não há delito sem conduta	370
193. Tentativas de desconhecimento do <i>nullum crimen sine conducta</i>	371

II – A questão terminológica

194. Conduta, ação, ato, fato	373
-------------------------------------	-----

III – Conduta implica vontade

195. Vontade e desejo	374
196. Vontade e finalidade.....	375
197. Vontade e vontade “livre”	375

IV – Estrutura da conduta

198. A antecipação biocibernética	376
199. A estrutura da conduta segundo o conceito ôntico-ontológico e sua tradição	377
200. Localização do resultado e do nexu causal	378

V – A conduta como caráter genérico comum a todas as formas típicas

201. Caráter comum para as formas típicas dolosas e culposas	379
202. Caráter comum para as formas típicas ativa e omissiva.....	380

CAPÍTULO XVI – OUTROS CONCEITOS DE CONDUTA
E SUA CRÍTICA

I – A teoria causal da ação

203. Conceito geral de conduta para o causalismo.....	381
204. Crítica do conceito.....	383

II – As teorias “sociais” da conduta

205. Os seus diversos sentidos.....	385
206. Conceito “social” e teoria finalista	386
207. Esterilidade do conceito “social”	386

[PDF](#)
[cap_15](#)

[PDF](#)
[cap_16](#)

III – As tentativas de estruturar o conceito de conduta a partir de exigências sistemáticas	
208. O idealismo gnosiológico não possibilita apenas o conceito causal de conduta..	387
Leituras complementares	388
CAPÍTULO XVII – AUSÊNCIA DE CONDUTA	
<i>I – Panorama</i>	
209. Enumeração das hipóteses	389
<i>II – Força física irresistível</i>	
210. Delimitação	390
211. Hipóteses de força física irresistível	391
212. Força física irresistível “interna”	392
<i>III – Involuntariedade</i>	
213. Conceito e delimitação	393
214. Estado de inconsciência	394
215. Casos particulares de inconsciência	395
216. A involuntariedade procurada	395
217. Ausência de conduta na omissão	395
<i>IV – Importância da distinção com outros aspectos negativos do delito</i>	
218. Efeitos da ausência de conduta	396
Bibliografia	396
TÍTULO III	
A TIPICIDADE	
CAPÍTULO XVIII – ESTRUTURA DOS TIPOS PENAIS E SUAS RELAÇÕES COM A ANTIJURIDICIDADE	
<i>I – Conceito de tipo e tipicidade</i>	
219. Definição de tipo penal	399
220. Tipo e tipicidade	400
221. Outros usos da palavra “tipo”	401
<i>II – Modalidades técnico-legislativas dos tipos</i>	
222. Tipos legais e tipos judiciais	401
223. Tipos abertos e tipos fechados	402
224. Outra forma de abertura típica	403

[PDF](#)
[cap. 17](#)

[PDF](#)
[cap. 18](#)

225. Tipo de autor e tipo de ato.....	403
226. A lei penal em branco	404
<i>III – Concepções complexa e objetiva</i>	
227. A concepção objetiva do tipo penal.....	405
228. A concepção complexa do tipo penal	406
<i>IV – Tipicidade e antijuridicidade</i>	
229. Panorama das distintas posições.....	408
230. Interesse, bem e norma	409
231. A antinormatividade	410
232. Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante.....	412
233. Antinormatividade e antijuridicidade.....	414
234. Atipicidade conglobante e justificação.....	414
<i>V – Os bens jurídicos penalmente tutelados</i>	
235. A importância do bem jurídico.....	415
236. Conceito de bem jurídico	416
237. Precisão do conceito de “relação de disponibilidade”	417
238. A moral como bem jurídico	418
239. Pode-se prescindir do bem jurídico?	419
240. Classificação dos tipos penais em razão dos bens jurídicos afetados	420
Leituras complementares	421
CAPÍTULO XIX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO OBJETIVO	
<i>I – Panorama da estrutura do tipo doloso</i>	
241. Aspecto objetivo e subjetivo do tipo doloso ativo	422
<i>II – A alteração física</i>	
242. O resultado material	423
243. A relação de causalidade	424
244. A natureza da relação de causalidade.....	425
<i>III – Os sujeitos, as referências e os elementos normativos</i>	
245. Os sujeitos.....	427
246. As referências.....	428
247. Os elementos normativos.....	428

<i>IV – Classificações secundárias</i>	
248. Sua importância e quadro geral	429
Leituras complementares	431
CAPÍTULO XX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS: ASPECTO SUBJETIVO	
<i>I – Estrutura do tipo doloso subjetivo</i>	
249. Tipos subjetivos que se esgotam no dolo e tipos subjetivos que reconhecem outros elementos	432
<i>II – Conceito de dolo</i>	
250. Definição e aspectos	433
<i>III – O aspecto cognoscitivo do dolo</i>	
251. As formas de conhecimento.....	434
252. O grau de atualização exigido pelo dolo.....	435
253. Dolo e conhecimento da antijuridicidade.....	435
254. Dolo valorado e dolo desvalorado.....	436
255. Os conhecimentos requeridos pelo dolo.....	437
256. Previsão da causalidade e do resultado.....	437
257. Alguns erros sobre a causalidade	438
<i>IV – A ausência de dolo por erro de tipo</i>	
258. O erro de tipo: sua natureza.....	442
259. Os efeitos do erro de tipo.....	444
260. As concepções tradicionais do erro e sua crítica.....	445
261. O princípio <i>error juris nocet</i> e a solução legal vigente.....	446
262. O erro de tipo não é o “erro de fato”	447
263. O erro de tipo psicologicamente condicionado.....	447
<i>V – O aspecto volitivo do dolo</i>	
264. As distintas classes de dolo segundo seu aspecto volitivo: o dolo direto....	448
265. O dolo eventual	448
<i>VI – Os elementos subjetivos do tipo distintos do dolo</i>	
266. Conceito e localização	450
267. Dificuldades que acarretam para a teoria objetiva do tipo.....	451
268. Classes de tipos com elementos subjetivos distintos do dolo.....	452

269. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo e componentes da culpabilidade	454
Leituras complementares	455

CAPÍTULO XXI – TIPOS CULPOSOS

I – Panorama da problemática da culpa

270. Culpa e finalidade	456
271. Os tipos culposos como tipos abertos.....	457
272. A função do fim no tipo culposo	458

II – O aspecto objetivo do tipo culposo

273. A função do resultado nos tipos culposos	459
274. A causalidade no tipo culposo	460
275. A violação do dever de cuidado	460
276. Relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado (conexão de antijuridicidade).....	462

III – O aspecto subjetivo do tipo culposo

277. Sua natureza	463
278. Componentes subjetivos.....	463
279. Culpa com fim de causar o resultado.....	464
280. Culpa com representação e culpa inconsciente	465

IV – Outras posições a respeito da culpa e sua crítica

281. A tentativa de fundamentar a culpa na causalidade e a previsibilidade.....	466
282. Localização da culpa na culpabilidade.....	466
283. Críticas ao conceito finalista de tipo culposo	468
Leituras complementares	469

CAPÍTULO XXII – O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

I – O chamado “princípio de culpabilidade”

284. Conteúdo do chamado “princípio de culpabilidade”	470
285. Violação do <i>nullum crimen sine culpa</i> : a responsabilidade objetiva	470

II – As figuras complexas

286. A preterintenção e outras hipóteses.....	471
287. Delitos “qualificados pelo resultado”	472

<i>III – O versari in re illicita e suas manifestações</i>	
288. O princípio do <i>nullum crimen sine culpa</i> e seu desconhecimento	473
289. A teoria da <i>actio libera in causa</i>	474
290. Crítica à teoria da <i>actio libera in causa</i>	475
291. O problema da embriaguez na legislação brasileira	478
Leituras complementares	481
CAPÍTULO XXIII – OS TIPOS OMISSIVOS	
<i>I – Natureza da omissão</i>	
292. A omissão é uma estrutura típica.....	482
293. Não há omissões pré-típicas	483
<i>II – A estrutura do tipo omissivo objetivo</i>	
294. Situação, exteriorização e possibilidade.....	484
295. Equivalente típico da causação	484
296. O autor.....	485
297. A omissão imprópria e sua problemática.....	485
298. As fontes da posição de garantidor	487
<i>III – O tipo omissivo subjetivo: o dolo na omissão</i>	
299. O dolo omissivo	488
<i>IV – As omissões culposas</i>	
300. A culpa omissiva	490
301. Estrutura culposa e estrutura omissiva.....	491
<i>V – Excursus político-criminal</i>	
302. O significado político-criminal da omissão	492
Leituras complementares	493
CAPÍTULO XXIV – A TIPICIDADE CONGLOBANTE COMO CORRETIVO DA TIPICIDADE LEGAL	
<i>I – Função da tipicidade conglobante</i>	
303. Remissão	494
<i>II – O cumprimento de um dever jurídico</i>	
304. Natureza.....	495
305. Colisão de deveres	496

[PDF](#)
[cap. 23](#)

[PDF](#)
[cap. 24](#)

306. Consequências de sua natureza	498
<i>III – Casos particulares de atipicidade conglobante distintos do cumprimento de dever</i>	
307. Acordo.....	498
308. As intervenções cirúrgicas	500
309. As lesões desportivas.....	502
310. As atividades perigosas fomentadas	503
<i>IV – A afetação do bem jurídico como requisito indispensável da tipicidade conglobante</i>	
311. Dano e perigo.....	504
312. O princípio da insignificância.....	505
<i>V – Excursus esclarecedor</i>	
313. A teoria da adequação social da conduta	505
Leituras complementares	506
TÍTULO IV A ANTIJURIDICIDADE	
CAPÍTULO XXV – ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO	
<i>I – Antinormatividade e antijuridicidade</i>	
314. Ordem normativa e ordem jurídica	509
315. O conceito geral de antijuridicidade.....	509
316. Antijuridicidade formal e material.....	510
317. A justificação “supralegal” e o injusto “supralegal”	511
318. A politização da antijuridicidade material.....	511
319. Nossa posição.....	512
<i>II – Antijuridicidade objetiva e subjetiva</i>	
320. Antijuridicidade e injusto	512
321. Outros sentidos da “objetividade” da antijuridicidade	513
322. O problema do injusto pessoal	513
<i>III – Os tipos permissivos em geral</i>	
323. Estrutura do tipo permissivo	514
324. A congruência no tipo permissivo	516
325. O fundamento genérico dos tipos permissivos	516

326. Classificação dos tipos permissivos	517
Leituras complementares	517
CAPÍTULO XXVI – LEGÍTIMA DEFESA	
<i>I – Natureza e fundamento</i>	
327. O fundamento individual e o fundamento social	518
328. Necessidade e defesa	519
<i>II – Características da defesa legítima</i>	
329. Bens defensáveis.....	520
330. A agressão injusta	520
331. A questão da provocação	521
332. Necessidade da defesa.....	522
333. Moderação da defesa.....	523
334. A defesa da administração da justiça e a vida.....	524
335. Aspecto subjetivo do tipo permissivo	525
336. A defesa do Estado.....	525
Leituras complementares	526
CAPÍTULO XXVII – OUTROS TIPOS PERMISSIVOS EM PARTICULAR	
<i>I – A regulação legal do estado de necessidade; justificação e excludente de culpabilidade</i>	
337. A fórmula legal.....	527
338. As dificuldades enfrentadas pela teoria do estado de necessidade.....	528
339. As autonomias teóricas como única solução	529
340. O estado de necessidade como justificação e como exclusão de culpabilidade.....	529
<i>II – O estado de necessidade justificante</i>	
341. Conceito.....	530
342. Requisitos do estado de necessidade justificante.....	531
<i>III – O excesso nas causas de justificação</i>	
343. O conceito de “excesso”.....	533
344. Excesso doloso e excesso culposos	534
Leituras complementares	535

[PDF](#)
[cap_26](#)

[PDF](#)
[cap_27](#)

TÍTULO V	
A CULPABILIDADE	
CAPÍTULO XXVIII – CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO	
<i>I – Conceito de culpabilidade</i>	
345. Ideia geral.....	539
346. Evolução da teoria da culpabilidade: a teoria psicológica da culpabilidade	541
347. Evolução da teoria da culpabilidade: a culpabilidade como relação psicológica e como reprovabilidade	542
348. O ápice da evolução: a culpabilidade como reprovabilidade	542
<i>II – O princípio de culpabilidade</i>	
349. Fundamento antropológico	544
350. A impossibilidade da culpabilidade sobre outra base antropológica	544
<i>III – Culpabilidade de ato e de autor</i>	
351. A culpabilidade pela conduta de vida	545
352. Aristóteles e a culpabilidade pela conduta de vida	546
<i>IV – Outros conceitos de culpabilidade</i>	
353. A chamada “cocalpabilidade”	547
354. A culpabilidade fundamentada na teoria do fim da pena	548
355. A teoria da “possibilidade de atribuição”	548
356. Inculpabilidade e impunidade	548
<i>V – Panorama da culpabilidade normativa e sua ausência</i>	
357. Culpabilidade e inculpabilidade normativas	549
Leituras complementares	550
CAPÍTULO XXIX – A POSSIBILIDADE EXIGÍVEL DE COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE	
<i>I – Localização sistemática</i>	
358. Exigência legal	551
359. Teorias que situam a “consciência da antijuridicidade” no dolo	551
360. Teorias que situam o problema na culpabilidade.....	553
361. Nossa posição.....	554
<i>II – Natureza</i>	
362. Consciência da antijuridicidade e consciência individual	554

363. Natureza da compreensão da antijuridicidade.....	555
364. O conteúdo da possibilidade de compreensão da antijuridicidade.....	556
Leituras complementares	557

CAPÍTULO XXX – A INEXIGIBILIDADE
DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE
DE INCAPACIDADE PSÍQUICA

[PDF](#)
[cap 30](#)

I – Conceito, localização e delimitação

365. Conceito de imputabilidade e inimputabilidade.....	558
366. Outros conceitos de imputabilidade	560

*II – A incapacidade psíquica de entender
a ilicitude no direito vigente*

367. Os efeitos psíquicos que acarretam incapacidade	561
368. A enfermidade mental e o desenvolvimento incompleto ou retardado. Menoridade	563
369. Emoção e paixão	567

III – A culpabilidade diminuída

370. O conceito legal	568
Leituras complementares	569

CAPÍTULO XXXI – ERRO DE PROIBIÇÃO
(INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE
PROVENIENTE DE ERRO)

[PDF](#)
[cap 31](#)

I – Conceito e classificação

371. Conceito.....	570
372. Classificação.....	570

*II – O erro de proibição visto sob o ângulo
de outras teorias do delito e do injusto*

373. O erro de proibição para as teorias que situam a consciência do injusto no dolo.....	572
374. O erro de proibição na chamada “teoria limitada da culpabilidade”	572

III – O erro de proibição no nosso Código

375. As fórmulas legais	573
-------------------------------	-----

<i>IV – O erro de compreensão</i>	
376. Erro de conhecimento e de compreensão	575
377. A consciência dissidente e o erro de compreensão	576
378. O erro de compreensão e o erro culturalmente condicionado em geral.....	577
<i>V – Casos especiais de erro</i>	
379. Erro de proibição, de subsunção e de punibilidade.....	579
<i>VI – Erro de proibição vencível e invencível</i>	
380. Orientação geral	580
Leituras complementares	580
CAPÍTULO XXXII – INEXIGIBILIDADE DE OUTRA CONDUTA PELA SITUAÇÃO REDUTORA DA AUTODETERMINAÇÃO	
<i>I – Caracterização geral</i>	
381. Diversidade de hipóteses básicas	582
<i>II – Estado de necessidade exculpante</i>	
382. Regulamentação legal.....	583
383. Estado de necessidade e coação	584
384. Desconhecimento e falsa suposição da situação de necessidade	585
385. Culpabilidade diminuída pelo estado de necessidade incompleto	586
<i>III – A obediência hierárquica</i>	
386. Hipóteses distintas	587
<i>IV – Impossibilidade de dirigir as ações conforme a compreensão da antijuridicidade</i>	
387. A segunda hipótese da inimputabilidade.....	589
<i>V – Culpabilidade supralegal</i>	
388. A inexigibilidade de outra conduta.....	589
Leituras complementares	590
TÍTULO VI PROBLEMÁTICA ESPECIAL DA TIPICIDADE	
CAPÍTULO XXXIII – A AUTORIA	
<i>I – A problemática do concurso de pessoas</i>	

[PDF](#)
[cap 32](#)

[PDF](#)
[cap 33](#)

389. Colocação geral do problema.....	593
390. Natureza dos conceitos de autor e partícipe.....	593
391. O sistema penal vigente.....	594

II – Autoria e participação

392. Critérios que têm sido defendidos.....	595
393. Formas de delimitação entre autoria e participação.....	596
394. O critério do domínio do fato como indicador da autoria.....	597

III – Formas de autoria

395. Autoria direta e autoria mediata.....	598
396. Autoria e coautoria.....	601

IV – A autoria dolosa e a autoria culposa

397. Explicitação das diferentes bases conceituais.....	602
398. Consequências da diferença.....	602

V – O autor de determinação

399. Delitos de mão própria e <i>delicta propria</i>	604
400. O tipo especial de autor de determinação.....	605

VI – O cúmplice com participação de maior importância

401. Coautoria e cumplicidade necessária.....	606
---	-----

VII – Autoria mediata com determinado culpável e punível

402. A autoria de escritório.....	607
Leituras complementares.....	609

**CAPÍTULO XXXIV – PARTICIPAÇÃO
(INSTIGAÇÃO E CUMPLICIDADE)**

I – Conceito geral

403. Natureza.....	610
404. Outras opiniões acerca de sua natureza.....	611
405. Deslinde acerca de outras hipóteses de concurso.....	613
406. Participação e favorecimento.....	613

II – Requisitos da participação

407. Aspecto interno da acessoriedade.....	615
408. Aspecto externo.....	615

[PDF](#)
[cap 34](#)

<i>III – Problemas particulares da participação</i>	
409. Formas especiais de configuração.....	616
410. Erro na participação.....	616
411. A chamada “comunicabilidade das circunstâncias”.....	617
<i>IV – Instigação</i>	
412. Conceito e meios.....	618
413. O resultado da instigação.....	619
414. O dolo de instigação.....	619
415. Instigação ao suicídio e a autolesão.....	620
<i>V – Cumplicidade</i>	
416. Conceito e classes.....	621
417. A participação de menor importância.....	622
Leituras complementares.....	622
CAPÍTULO XXXV – A TENTATIVA	
<i>I – Conceitos gerais</i>	
418. Conceito de tentativa.....	623
419. O fundamento da punição da tentativa.....	624
<i>II – Estrutura do delito tentado</i>	
420. O dolo na tentativa.....	625
421. A consumação como limite da tentativa.....	626
422. Atos executivos e preparatórios.....	627
423. Classes de tentativa.....	629
424. Tentativa na omissão.....	629
<i>III – A tentativa inidônea (delito impossível)</i>	
425. Conceito.....	629
<i>IV – A desistência voluntária e o arrependimento eficaz</i>	
426. Fundamento e natureza.....	631
427. Consequências da natureza jurídica.....	634
428. Consequências do fundamento.....	634
429. Diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz.....	634
430. O arrependimento posterior.....	635
431. A tentativa qualificada.....	636
Leituras complementares.....	636

CAPÍTULO XXXVI – UNIDADE E PLURALIDADE
DE TIPICIDADES

I – Pluralidade de crimes e de tipicidades

432. Realismo e idealismo nos concursos real e ideal	637
--	-----

II – Unidade e pluralidade de condutas ou ações

433. O problema na legislação comparada	638
434. Os sistemas dos Códigos brasileiros	639
435. A questão da unidade ou pluralidade de crimes e sua base ôntica	640
436. O sistema no Código vigente	641
437. Quando há uma e quando há várias condutas?	642
438. Casos distintos de consideração típica unitária da pluralidade de movimentos voluntários com plano comum	644
439. O verdadeiro delito continuado	645

III – Concurso formal

440. Concurso formal e unidade de conduta	647
441. Concurso formal qualificado	648

IV – Concurso material ou real

442. Concurso material e pluralidade de condutas	650
443. Concurso material atenuado ou falso crime continuado	651
444. Os graus de atenuação do concurso material	652

V – Considerações de lege ferenda

445. Crítica à lei vigente	653
----------------------------------	-----

VI – Concursos aparentes

446. O concurso aparente de tipos	653
Leituras complementares	656

TERCEIRA PARTE

TEORIA DA COERÇÃO PENAL

TÍTULO I

COERÇÃO MATERIALMENTE PENAL

CAPÍTULO XXXVII – CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE
DA COERÇÃO PENAL

I – Conceito geral

447. Coerção formal e materialmente penal	661
---	-----

448. A “punibilidade”	661
449. Condições que fazem atuar a coerção penal	663
<i>II – As condições penais de operatividade da coerção penal</i>	
450. Ausência de causas pessoais que excluem a punibilidade	665
451. Casos especiais de causas pessoais que cancelam a punibilidade	667
452. A graça ou indulto como causa pessoal de extinção da punibilidade	668
453. Perdão judicial	669
454. A prescrição da pena como causa pessoal de extinção da punibilidade	670
455. A questão da imprescritibilidade	671
<i>III – A prescrição no nosso Código Penal</i>	
456. Introdução	671
457. Prescrição da pretensão punitiva (ou da ação)	672
458. Prescrição das penas restritivas de direito	674
459. Prescrição da pretensão executória	674
460. Redução de prazos	675
461. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva	675
462. Interrupção do prazo prescricional da pretensão executória	677
463. Comunicabilidade das causas interruptivas	677
464. Absorção de penas	678
465. Suspensão do prazo prescricional	678
466. Prescrição intercorrente	679
467. Prescrição retroativa	681
468. Recurso da acusação	682
469. Prescrição e leis especiais	683
470. Prescrição e mérito	684
<i>IV – Excursus sobre as chamadas “condições objetivas de punibilidade”</i>	
471. O problema	684
472. Existem as “condições objetivas de punibilidade”?	684
<i>V – As condições processuais de atuação da coerção penal</i>	
473. Exercício das ações	685
474. Ação penal e crime complexo	689
475. Decadência	689
476. Perempção	691
477. Renúncia do direito de queixa	692

VI – Efeitos	
478. Alcance da extinção da punibilidade	693
Leituras complementares	695
CAPÍTULO XXXVIII – MANIFESTAÇÕES DA COERÇÃO PENAL	
<i>I – Manifestações da coerção penal no direito penal vigente: panorama geral</i>	
479. As penas do Código Penal.....	696
480. A relativa indeterminação da pena.....	697
<i>II – O problema da pena de morte</i>	
481. A legislação brasileira.....	697
482. A pena de morte no mundo	698
483. A pena de morte não é uma pena.....	699
<i>III – Manifestações da coerção penal excluídas da legislação penal</i>	
484. Manifestações excluídas pela Constituição Federal.....	699
485. Outras penas que não constam do Código	701
486. Penas propostas recentemente	701
<i>IV – As penas privativas de liberdade</i>	
487. Considerações gerais.....	703
488. As penas privativas de liberdade no Código vigente.....	705
489. Cálculo do tempo da pena e detração penal	706
490. O limite máximo de duração da pena privativa de liberdade	707
491. Execução das penas privativas de liberdade	709
492. A execução das penas privativas de liberdade no Brasil	710
493. A remição pelo trabalho.....	713
494. Os direitos dos presos	713
<i>V – Livramento condicional</i>	
495. Requisitos.....	714
496. Livramento condicional subordinado a condições específicas	717
497. Condições a que deve se submeter o liberado	718
498. Revogação do livramento condicional	718
<i>VI – Penas restritivas de direitos</i>	
499. Enunciado e natureza	719
500. Conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade	720

501. Prestação pecuniária	721
502. Perda de bens e valores	721
503. Prestação de serviços à comunidade	722
504. Interdição temporária de direitos.....	723
505. Limitação de fim de semana.....	724
506. A pena pecuniária e sua crítica	725
507. O sistema do Código Penal.....	726
508. Conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade.....	728
509. A multa substitutiva.....	728

VII – Efeitos da condenação

510. Natureza.....	729
511. Confisco	729
512. As inabilitações acessórias	730

VIII – Reabilitação

513. Natureza.....	731
514. Direito penal de registro	732
515. Extinção das consequências da condenação	733
516. Condições para que ocorra a reabilitação	733
Leituras complementares	734

CAPÍTULO XXXIX – A DETERMINAÇÃO DA PENA NO CASO CONCRETO

I – Conceito de individualização da pena

517. Direito de quantificação da pena.....	735
--	-----

II – O sistema do Código Penal e a fixação da pena-base

518. Mecânica e etapas	736
519. Determinação da pena-base	738

III – Circunstâncias agravantes e atenuantes

520. Alcance da sua incidência na pena.....	740
521. Circunstâncias que decorrem de um efetivo conteúdo do injusto do delito....	741
522. Circunstâncias correspondentes ao grau de culpabilidade do delito	743
523. Circunstâncias que decorrem de considerações político-criminais	744
524. Algumas circunstâncias inominadas	744

<i>IV – Reincidência: circunstância agravante pelo maior conteúdo do injusto, presumido juris et de jure</i>	
525. Fundamento, natureza e crítica	745
526. Condições da reincidência na lei vigente.....	749
<i>V – Causas de atenuação ou de agravação (escalas penais alteradas)</i>	
527. Classificação.....	752
528. Escalas alteradas pelo conteúdo do injusto	752
529. Escalas alteradas pelo grau de culpabilidade	752
530. Escalas alteradas por razões político-criminais.....	753
<i>VI – Alguns problemas particulares da individualização da pena</i>	
531. A individualização da pena de multa	754
532. Individualização da pena em caso de cúmulo aritmético de privações de liberdade	755
<i>VII – Suspensão condicional da pena</i>	
533. <i>Sursis</i> e <i>probation</i>	755
534. Requisitos.....	756
535. Condições	757
536. Revogação da suspensão	757
TÍTULO II	
COERÇÃO FORMALMENTE PENAL	
CAPÍTULO XL – MEDIDAS DE SEGURANÇA E EFEITOS CIVIS DA CONDENAÇÃO PENAL	
<i>I – As medidas de segurança</i>	
537. Introdução.....	761
538. As medidas de segurança do Código Penal.....	762
539. As medidas de segurança não têm limite máximo?	763
<i>II – Efeitos civis da condenação penal</i>	
540. Reparação do dano <i>ex delicto</i>	764
541. Efeitos da sentença absolutória.....	766
Bibliografia	766
ANEXO	
CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS	
PREÂMBULO	771
OBRAS DOS AUTORES	797

[PDF](#)
[cap. 40](#)

[PDF](#)

[PDF](#)